



INSTITUTO DA VINHA  
E DO VINHO

# RELATÓRIO & CONTAS

**EXERCÍCIO ECONÓMICO 2016**

INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P.

**ABRIL/2017**

---



## ÍNDICE

<b>1. NOTA INTRODUTÓRIA</b> .....	2
<b>2. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DO I.V.V.</b> .....	3
<b>3. ANÁLISE ORÇAMENTAL</b> .....	5
3.1 Análise da Receita .....	5
3.1.1. Taxas .....	6
3.2 Análise da Despesa .....	9
3.3 Saldo orçamental de 2016 .....	11
3.4 Evolução no triénio 2014 – 2015 - 2016 .....	11
3.4.1 Receita .....	12
3.4.2 Despesa .....	14
<b>4. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA</b> .....	18
4.1 Análise de Custos e Perdas .....	19
4.2 Análise de Proveitos e Ganhos .....	23
4.3 Evolução no triénio 2014-2015-2016 .....	23
4.3.1 Custos e Perdas .....	24
4.3.2 Proveitos e Ganhos .....	25
<b>5. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO</b> .....	27
<b>6. PERSPETIVAS FUTURAS</b> .....	29
<b>CONCLUSÕES</b> .....	30

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório tem como objetivo relatar o desempenho orçamental e económico-financeiro do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (abreviadamente designado por I.V.V.) no ciclo de gestão de 2016, disponibilizando informação sob o ponto de vista da execução do orçamento, bem como dos pontos de vista patrimonial, económico e financeiro.

De realçar o resultado líquido positivo com que se encerrou o exercício, no valor de 1.918.000,82 euros, verificando-se uma variação de 24,71% face ao ano anterior, o que revela uma boa performance económica.

Os resultados operacionais também foram positivos, no valor de 1.291.703,69 euros, embora inferiores a 2015, resultante, essencialmente da diminuição da receita proveniente de taxas vitícolas.

Face ao orçamento aprovado, verificou-se um grau de execução orçamental da receita de 93.42% e da despesa de 70.93% mantendo a tendência de resultados geradores de excedentes orçamentais alinhados com as políticas de sustentabilidade orçamental, contribuindo assim para a redução do défice orçamental.

É importante referir que o IVV cumpriu com os seus compromissos assumidos para com o setor vitivinícola.

A taxa de promoção foi afeta aos programas de apoio à promoção dos vinhos e produtos víquicos nacionais até ao limite máximo previsto nos respetivos programas de apoio, tendo o respetivo financiamento, totalizado 4.499.491 euros, representando 53.83% do total de despesa executada.



## 2. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DO IVV

O Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. tem a sua missão, atribuições e orgânica definidas no Decreto-Lei n.º 66/2012, de 16 de março e cujos Estatutos e organização interna foram aprovados pela Portaria n.º 302/2012, de 4 de outubro, é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

A missão do IVV consiste em coordenar e controlar a organização institucional do setor vitivinícola, auditar o sistema de certificação de qualidade, acompanhar a política da União Europeia e preparar as regras para a sua aplicação, bem como participar na coordenação e supervisão da promoção dos produtos vitivinícolas.

O IVV desenvolve as suas atividades no âmbito das seguintes atribuições:

- a) Acompanhar a atividade vitivinícola nacional e coordenar a respetiva regulamentação técnica, em conformidade com as medidas da política nacional e da União Europeia;
- b) Participar e colaborar na definição e aplicação das políticas que abrangem o setor vitivinícola;
- c) Participar e acompanhar, junto das instâncias da União Europeia, os processos relativos ao setor vitivinícola, sem prejuízo das competências de outras entidades;
- d) Assegurar a gestão dos programas de apoio da União Europeia e nacionais específicos do setor vitivinícola;
- e) Promover e regular as medidas de organização institucional do setor vitivinícola;
- f) Definir e coordenar a aplicação das medidas de gestão do património vitícola nacional e da sua valorização;
- g) Desenvolver ações tendentes à melhoria da qualidade dos produtos vitivinícolas, ao reforço da competitividade e internacionalização e ao desenvolvimento sustentável do setor vitivinícola;
- h) Realizar auditorias de gestão e dos sistemas de controlo e certificação das entidades certificadoras dos produtos vitivinícolas com direito a denominação de origem ou indicação geográfica;
- i) Cobrar as taxas que lhe sejam atribuídas por lei e zelar pelo cumprimento do seu pagamento;
- j) Desenvolver, coordenar e gerir o Sistema Nacional Integrado de Informação da Vinha e do Vinho;

- k) Coordenar e zelar pelo cumprimento das regras de utilização da marca *Vinhos de Portugal / Wines of Portugal*;
- l) Efetuar as previsões de colheitas anuais, recolher e tratar a informação económica contida nos instrumentos declarativos previstos na regulamentação da União Europeia e nacional, tendo em vista a avaliação do mercado;
- m) Desenvolver relações com organismos internacionais e estrangeiros congéneres, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- n) Elaborar e assegurar a coordenação do plano nacional de controlo do setor vitivinícola.

O IVV assegura o funcionamento e preside, através do seu Presidente, à Comissão Nacional do Office International de la Vigne et du Vin (CNOIV).



14  
14

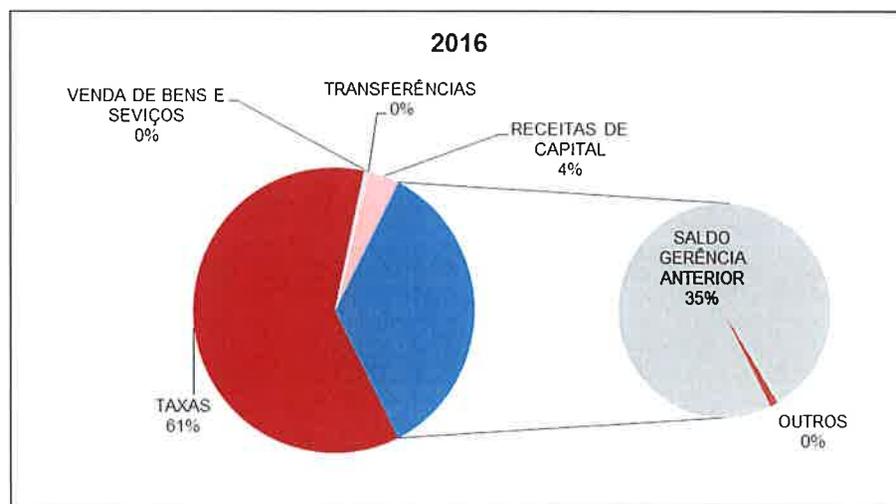
### 3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

#### 3.1 Análise da Receita

A receita cobrada líquida total em 2016 totalizou 16.326.863,54 euros, dos quais 5.692.440,74 euros são relativos ao saldo da gerência anterior (referente a 2015 e anteriores) integrado no orçamento privativo em 2016. O desdobramento por fontes de financiamento, por valor (EUR) e representatividade é o seguinte:

	Montante (€)	Peso
51- Receita própria do ano	10.634.423	65%
52- Saldos de RP transitados	5.692.441	35%
Total	16.326.864	

A receita proveniente da cobrança de taxas em 2016 (9.902.606,07€) assume o maior peso no total de receitas cobradas, representando 60.65%.





TIPO DE TAXAS	VALOR (€)	PESO NA RECEITA COBRADA LIQUIDA
Taxa de coordenação e controlo	5.516.181	55,70%
Taxa de promoção 94/2012	4.212.865	42,54%
Taxa de promoção 119/97	40.135	0,41%
<i>Sub-total taxas sobre o vinho</i>	9.769.182	98,65%
Taxas sobre a vinha	133.425	1,35%
<b>TOTAL</b>	<b>9.902.606</b>	

Para uma análise mais focada no desempenho do próprio ano económico, deverá isolar-se o efeito da integração do saldo da gerência anterior no total da receita de 2016, uma vez que representa 35% da receita cobrada líquida total. Neste cenário, temos os seguintes valores:

	2016	2015	2014
Taxas cobradas/ Receitas totais cobradas no ano	60,65%	72,01%	73,50%
Taxas cobradas/Receitas próprias cobradas no ano sem saldo de gerência anterior	93,12%	96,65%	94,41%

### 3.1.1. Taxas

Entre as várias taxas cobradas pelo IVV, IP, nos termos legais, as taxas incidentes sobre os vinhos e os produtos vínicos são as mais representativas, tendo contribuído em 2016 para o total de receita cobrada líquida a título de taxas com 98.65%, registando-se um aumento de 5.63% face a 2015, em termos de representatividade.

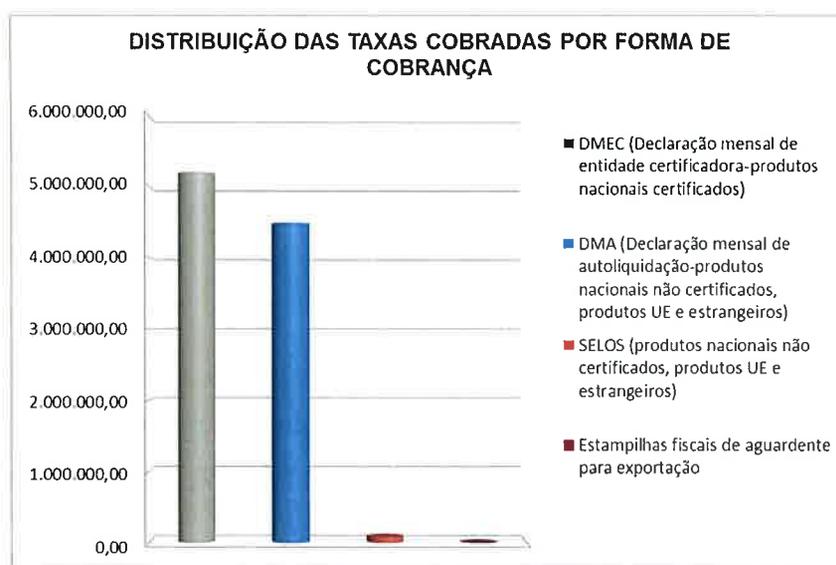
Os valores cobrados líquidos a título de taxas sobre os vinhos e os produtos vínicos apresentam o seguinte desdobramento:

14  
★

TAXA	VALOR (EUR)	REPRES. (%)
Taxa de Promoção (cobrada nos termos do DL n.º 119/97)	40.135	0,4%
Taxa de Coordenação e Controlo (cobrada nos termos do DL n.º 94/2012)	5.516.181	56,5%
Taxa de Promoção (cobrada nos termos do DL n.º 94/2012)	4.212.865	43,1%
<b>TOTAL DAS TAXAS COBRADAS SOBRE VINHOS E PRODUTOS VÍNICOS</b>	<b>9.769.182</b>	<b>100,0%</b>

Face a 2015, o valor global cobrado de taxas incidentes sobre o vinho e produtos vínicos diminuiu 3.65%.

Relativamente às formas de cobrança das taxas acima referidas, a representatividade distribui-se da seguinte forma:



13  
4

A receita liquidada em 2016, relativa à taxa de promoção, corresponde a valores recuperados na sequência de uma ação de controlo, no âmbito do sistema de autoliquidação, iniciada em 2014 e que se estendeu para 2016.

Esta ação de controlo teve como objeto o universo de agentes económicos inscritos no sistema de pagamento de taxas por autoliquidação<sup>1</sup> em situação irregular quanto à entrega de Declaração Mensal de Autoliquidação (DMA) e respetivo pagamento de taxas.

### EVOLUÇÃO DAS TAXAS COBRADAS

(Unid.:euro)

TAXAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
DECRETO-LEI Nº 26317/36	48	0	0	-100,0	-
DECRETO-LEI Nº 40037/55	28	0	0	-100,0	-
PORTARIA Nº 288/84	75	0	0	-100,0	-
TAXA DE PROMOÇÃO (DL N.º 119/97)	218.262	229.725	40.135	5,3	-82,5
TAXA DE COORDENAÇÃO E CONTROLO (DL N.º 94/2012)	4.864.189	5.626.967	5.516.181	15,7	-25,1
TAXA DE PROMOÇÃO (DL N.º 94/2012)	3.892.078	4.282.422	4.212.865	10,0	28,8
TAXA NOVA PLANTAÇÃO DA VINHA	676	1.238	2.420	83,2	95,5
TAXA REPLANTAÇÃO DA VINHA	80.282	85.479	43.287	6,5	-49,4
TAXA LEGALIZAÇÃO DA VINHA	203.231	109.610	60.475	-46,1	-44,8
TAXA TRANSFERÊNCIA DIRETOS	30.617	32.731	27.041	6,9	-17,4
TAXA NOVOS DIRETOS PLANTAÇÃO - RESERVA	92.500	531.815	0	-	-100,0
TAXA DE VERIFICAÇÃO	0	209	201	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.381.985</b>	<b>10.900.195</b>	<b>9.902.606</b>	<b>16,2</b>	<b>-9,2</b>

Contrariamente ao período de 2014-2015, verifica-se um decréscimo de 9.2% nas taxas cobradas pelo IVV, face ao ano económico anterior, para o que contribuiu significativamente a diminuição do valor cobrado a título de taxas de coordenação e controlo e de promoção.

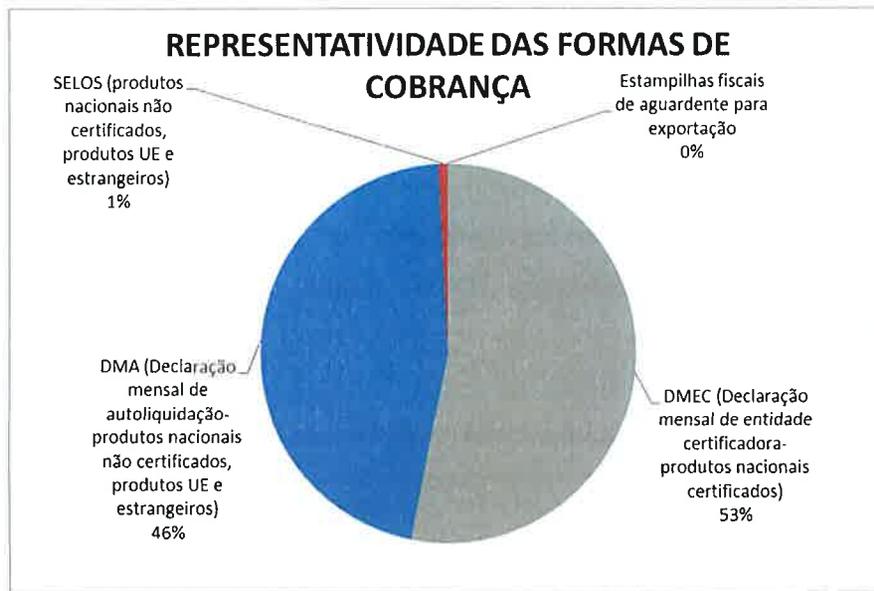
### 3.2 Análise da Despesa

O valor total de despesa paga em 2016 foi de 8.358.070.18 euros. Verifica-se que as despesas pagas foram financiadas maioritariamente através de receitas próprias do Instituto. O financiamento das despesas foi efetuado através das seguintes fontes:

(unid.:euro)

41 - Financiamento comunitário	<b>299.512</b>	3,58%
51 - Receita própria do ano	<b>8.058.558</b>	96,42%
	8.358.070	100,00%

<sup>1</sup> Regulamentado atualmente pela Portaria n.º 426/2012, de 28 de dezembro.



O regime da taxa de promoção, nos termos do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de maio apenas vigorou até 31 de dezembro de 2012, pelo que o valor cobrado (relativo a receita liquidada no ano ou em anos anteriores) é referente a transações comerciais dos agentes económicos ocorridas até aquela data, correspondendo a recuperações de valores em dívida.

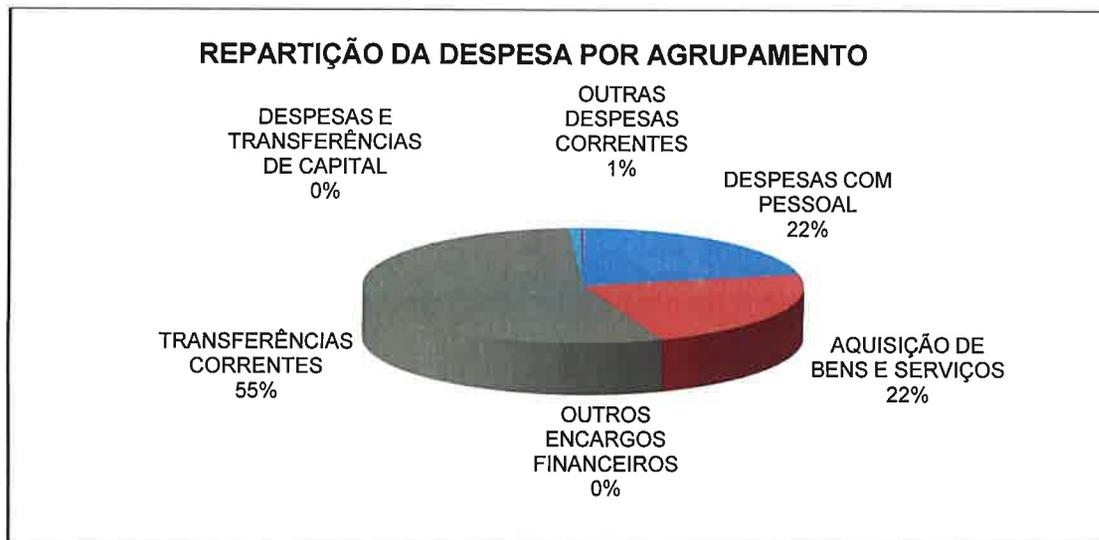
(Unid: euro)

TAXA	RECETA POR COBRAR NO INÍCIO ANO	RECETA LIQUIDADADA NO ANO	RECETA COBRADA TOTAL
Taxa de Promoção (DL n.º 119/97)	645.299,64	47.312,39	40.135,44

Analisando os valores do quadro acima, verifica-se que, relativamente ao valor que se encontrava por cobrar (em dívida) no início do ano, recuperou-se 6.22%. No entanto, é importante referir que, os processos de cobrança coerciva através de execuções fiscais, no montante de 11.305.850,83 euros continuam em curso, não dependendo a cobrança diretamente do esforço do IVV nesse sentido. Deste montante, continua em dívida, 11.108.286,18 euros.



A repartição de despesa em 2016, por grandes agrupamentos é a seguinte:



As despesas com pessoal, que representaram 21.66% da execução orçamental da despesa, têm evoluído da seguinte forma, relativamente às suas componentes:

### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

(unid:euro)

DESPESAS COM PESSOAL	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
ORDENADOS E SALÁRIOS	1.007.457	1.147.598	1.160.675	13,9	1,1
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	320.551	321.666	314.406	0,3	-2,3
PENSÕES	29.140	2.805	1.791	-90,4	-36,2
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES	294.237	315.292	326.813	7,2	3,7
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	18.240	4.677	5.820	-74,4	24,4
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	0	2.989	929	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.669.625</b>	<b>1.795.028</b>	<b>1.810.433</b>	<b>7,5</b>	<b>0,9</b>

Comparativamente com o ano anterior verifica-se uma variação pouco significativa no total das despesas de pessoal (15.400 €).

Os encargos sobre as remunerações aumentaram ligeiramente decorrente da reposição progressiva das reduções salariais ocorridas anteriormente.

As despesas pagas a título de “Pensões” diminuíram face a 2015, ano em que ocorreram 4 aposentações, uma vez que em 2016, houve apenas 1 aposentado.

Por outro lado, os “Custos de Ação Social”, sofreram um acréscimo relativo significativo inerente ao pagamento de despesas com funeral de um funcionário falecido em 2015.

As remunerações adicionais decresceram substancialmente devido à redução do montante de indemnização por cessação de funções e também pela redução no montante de ajudas de custo.

### 3.3 Saldo orçamental de 2016

De forma a evidenciar os saldos apurados no presente exercício económico, apresenta-se o seguinte quadro:

#### SALDO ACUMULADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

FORTE DE FINANCIAMENTO	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	TOTAL DE DESPESAS PAGAS	SALDO ORÇAMENTAL (DE CAIXA)	COMPARATIVO 2015	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2016/2015	VARIAÇÃO RELATIVA 2016/2015
411	300.111,82	0,00	300.111,82	0,00	300.111,82	
51	10.334.310,98	8.358.070,18	1.976.240,80	2.725.141,78	-748.900,98	-
52	5.692.440,74	0,00	5.692.440,74	2.967.298,96	2.725.141,78	
	<b>16.326.863,54</b>	<b>8.358.070,18</b>	<b>7.968.793,36</b>	<b>5.692.440,74</b>	<b>2.276.352,62</b>	<b>39,99%</b>

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte ascende a 7.968.793,36 euros, sendo composto pelo saldo da gerência acumulado em 2015, no montante de 5.692.440,74 euros que transitou, por integração, para o orçamento do IVV de 2016, embora sujeito ao cumprimento obrigatório da regra do equilíbrio orçamental, ou seja, sem aplicação em despesa.

### 3.4 Evolução no triénio 2014 – 2015 - 2016

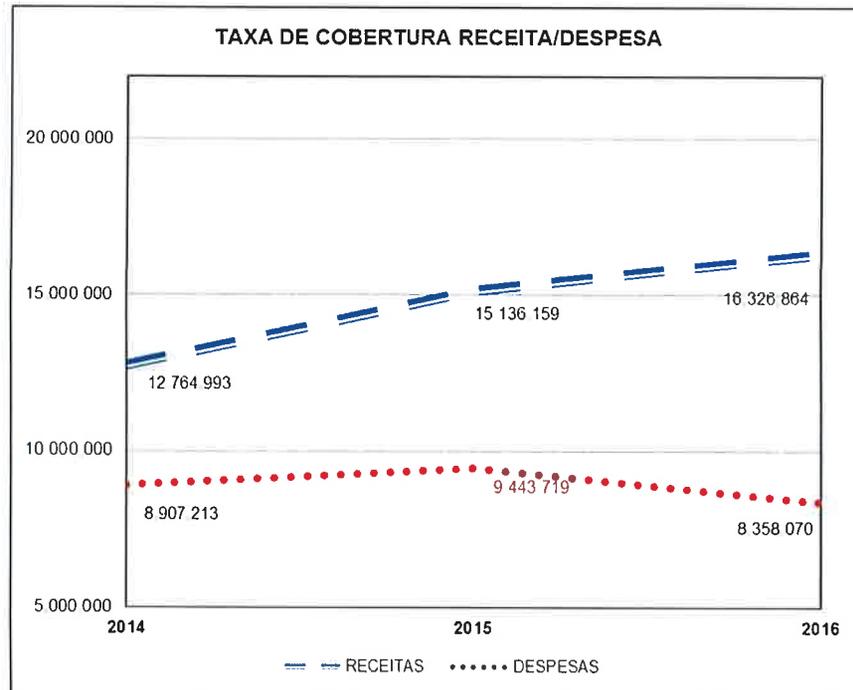
Conforme se pode constatar nos quadro e gráfico abaixo, no último triénio a receita, incluindo o saldo de gerência integrado, tem coberto a despesa em mais de 100%, gerando sempre excedentes orçamentais.

(euros)

PERÍODO	RECEITA DO IVV	DESPESA DO IVV	SALDO	TAXA DE COBERTURA RECEITA / DESPESA
2014	12.764.993	8.907.213	3.857.780	143%
2015	15.136.159	9.443.719	5.692.440	160%
<b>2016</b>	<b>16.326.864</b>	<b>8.358.070</b>	<b>7.968.793</b>	<b>195%</b>



Em 2016, a taxa de cobertura da despesa pela receita foi de 195%. Verifica-se que a despesa paga atingiu o menor valor do período em análise.



A receita cobrada líquida em 2016 manteve a tendência crescente dos últimos anos, embora a um ritmo mais contido do que a dos anos anteriores, tendo sido superior à de 2015 (+1.190.705 euros).

### 3.4.1 Receita

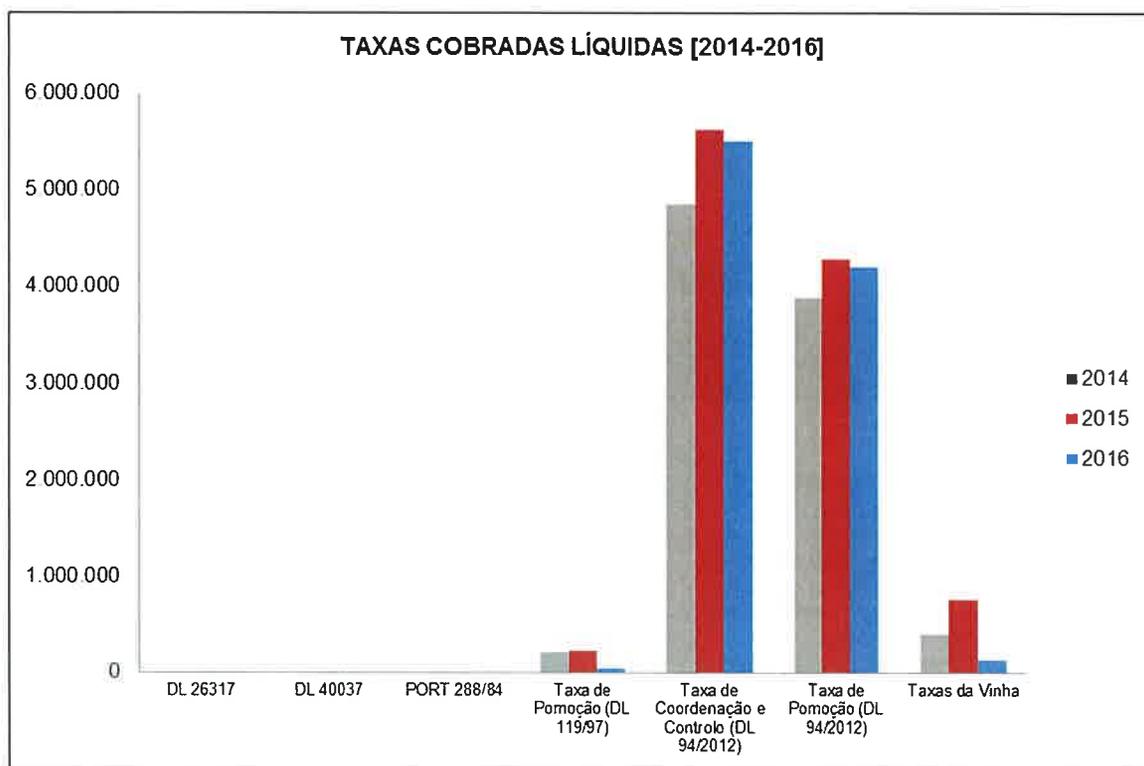
#### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

(euros)

RECEITAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.593.869</b>	<b>11.115.083</b>	<b>10.050.697</b>	<b>15,9</b>	<b>-9,6</b>
TAXAS	9.381.985	10.900.195	9.902.606	16,2	-9,2
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
JUROS DE MORA, COIMAS E MULTAS	64.556	118.391	49.634	83,4	-58,1
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE					
JUROS - ADM. CENTRAL - ESTADO E SFA	11.011	6.982	13.951	-36,6	99,8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.500	0		-	
VENDA DE BENS / SERVIÇOS / RENDAS CORRENTES	81.761	85.969	78.404	5,1	-8,8
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.055	3.546	6.101	-49,7	72,1
RECEITAS DE CAPITAL E SALDO GERÊNCIA ANT.	3.171.124	4.021.076	6.276.167	26,8	56,1
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO (TERR. E EDIF.)	342.298	161.345	276.658	-52,9	71,5
UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES			300.112		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.827.572	3.857.780	5.692.441	36,4	47,6
OUTRAS	1.254	1.952	6.956	55,7	256,4
<b>TOTAL</b>	<b>12.764.993</b>	<b>15.136.159</b>	<b>16.326.864</b>	<b>18,6</b>	<b>7,9</b>

Verifica-se um acréscimo de 7,9% na receita cobrada líquida face a 2015. As variações com maior expressão foram as seguintes:

- “Rendimentos de propriedade-juros-Adm. Central- Estado e SFA”, com uma variação relativa de 99.8% decorrente do aumento do montante aplicado em CEDIC;
- “Juros de mora, coimas e multas”, com uma variação relativa de -58,1% para o que contribuiu o montante de 37.744 euros proveniente de coimas decorrentes de contraordenações, mais reduzido que em 2015.
- “Venda de Bens de Investimento (Terrenos e Edifícios)”, com uma variação relativa de 71.5% e absoluta de 115.313 euros decorrente essencialmente do pagamento de duas tranches (2015 e 2016) relativas à venda das instalações do IVV em Torres Vedras.
- Embora com um montante pouco significativo, a receita proveniente de reembolso inerente a apoio concedido à Associação de Empresas do Vinho do Porto, justifica a variação de 256,4% na rubrica “outras” face ao ano anterior.



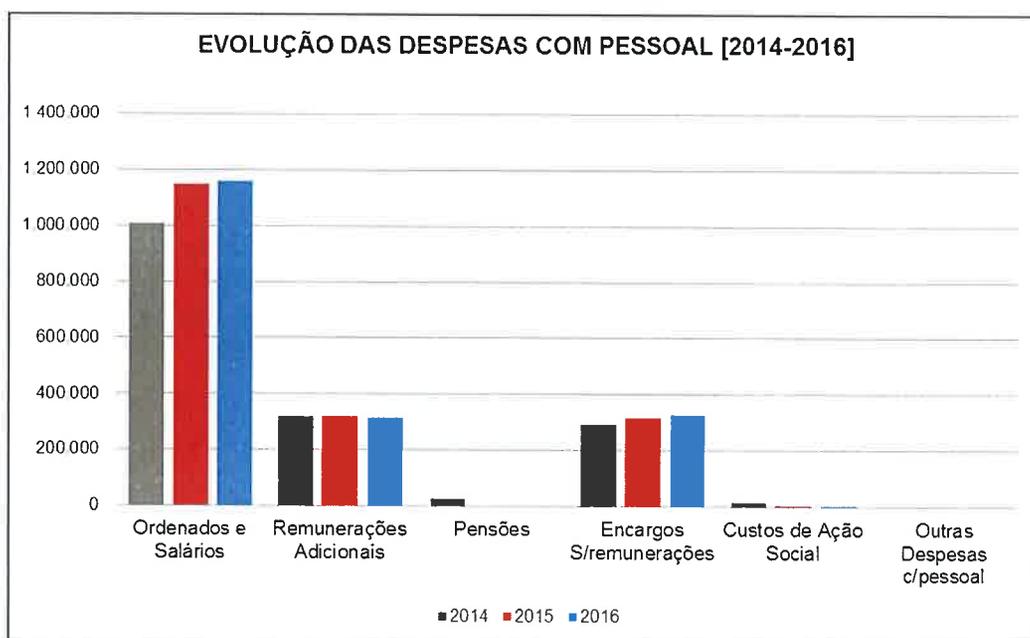
### 3.4.2 Despesa

#### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS

(unid: euro)

DESPESAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.993.645</b>	<b>8.925.361</b>	<b>8.347.215</b>	<b>11,7</b>	<b>-6,5</b>
DESPESAS COM PESSOAL	1.669.625	1.795.028	1.810.433	7,5	0,9
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.769.152	1.640.314	1.875.906	-7,3	14,4
OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0	890.481	0	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	4.405.117	4.482.855	4.551.092	1,8	1,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.751	116.683	109.784	-22,1	-5,9
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>138.568</b>	<b>518.358</b>	<b>10.855</b>	<b>274,1</b>	<b>-97,9</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	775.000	0	0	-100,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.907.213</b>	<b>9.443.719</b>	<b>8.358.070</b>	<b>6,0</b>	<b>-11,5</b>

Em 2016, as “Despesas com Pessoal” registaram um acréscimo, sem significado.

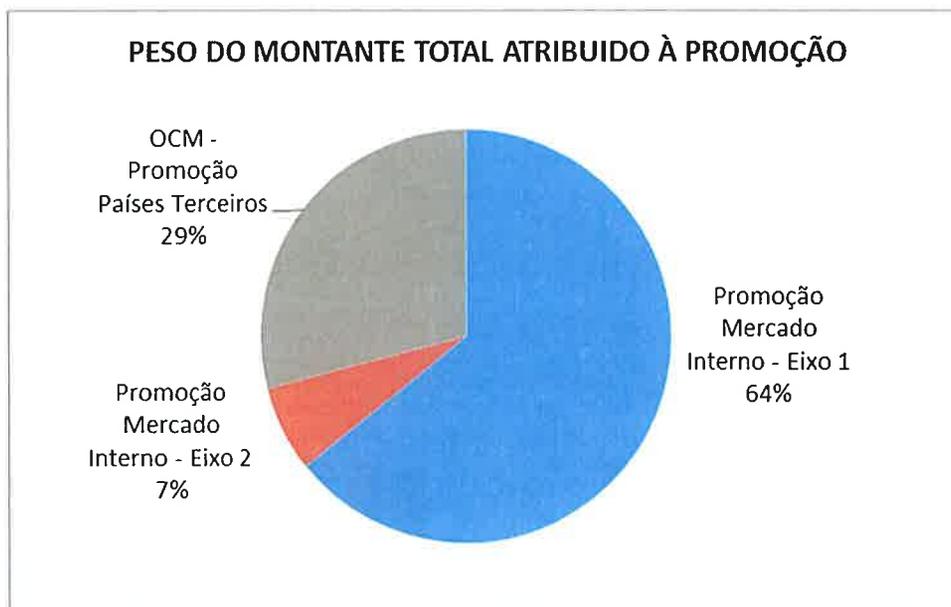


As “Despesas de capital” sofreram um decréscimo acentuado em 2016 face ao ano anterior, uma vez que, em 2015, houve um investimento significativo em equipamento informático decorrente, essencialmente, da implementação do novo Sistema de Informação da Vinha e do Vinho (SIVV3.0).



As “Aquisições de Bens e Serviços” revelaram-se crescentes face ao ano transacto, para o que contribuiu significativamente o acréscimo de despesa em Trabalhos Especializados com o desenvolvimento do Sistema de Informação da Vinha e do Vinho em Outros Serviços decorrente da assinatura dos novos Protocolos de Delegação de Tarefas com as Entidades Interlocutoras do setor e da regularização dos Protocolos anteriores.

À semelhança dos anos transatos, as “Transferências Correntes e Subsídios” têm o maior peso na despesa global do IVV, tendo representado 54.45% do total do orçamento da despesa executada em 2016, com um valor de 4.551.092 euros, inferior em 1.5% ao ano anterior. Do valor daquele agrupamento, 98,87% (4.499.491 euros) destinou-se ao financiamento da promoção dos vinhos e dos produtos vínicos portugueses no mercado interno (nacional e europeu) e no mercado de países terceiros (OCM) representando cada um destes segmentos, 70.86% (3.188.553 euros) e 29.14% (1.310.937 euros) do total do financiamento à promoção.



O financiamento dos programas de promoção teve a seguinte configuração em 2016:

17  
H

(unid:euro)

FONTE DE FINANCIAMENTO	VALOR	PROGRAMAS DE APOIO FINANCIADOS
TAXA DE PROMOÇÃO (DL 119/97)	40.135 EUR	OCM - PROMOÇÃO PAÍSES TERCEIROS(*)
TAXA DE PROMOÇÃO (DL 94/2012)	4.158.561 EUR	PROMOÇÃO MERCADO INTERNO-EIXO 1 PROMOÇÃO PAÍSES TERCEIROS PROMOÇÃO (COM) REG (CE) Nº 3/2008
TAXA DE COORDENAÇÃO E CONTROLO (DL94/2012)	300.794 EUR	PROMOÇÃO MERCADO INTERNO-EIXO 2
<b>TOTAL</b>	<b>4.499.491</b>	

(\*) IFAP é o organismo pagador. O IVV reembolsa o IFAP mediante reporte dos valores executados.

Verifica-se que a taxa de promoção, cobrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 94/2012, de 20 de abril, a qual é paga exclusivamente pelos operadores económicos do setor vitivinícola e cujo destino é obrigatoriamente o financiamento dos apoios à promoção dos vinhos e dos produtos víquicos produzidos no território nacional<sup>2</sup>, foi transferida para ações de promoção até ao limite da verba orçamentada, revelando um efetivo esforço financeiro de apoio ao setor vitivinícola realizado pelo IVV.

Este investimento tem tido um importante retorno no que concerne ao desenvolvimento e internacionalização do setor, o qual voltou a ter em 2016 um desempenho positivo na economia nacional tendo representado 1,4% do total das exportações nacionais de bens e 13,0% do total das exportações agroalimentares. A exportação tem um peso médio de 39,3%<sup>3</sup> na produção.

A produção nacional, na campanha vitivinícola 2016/2017 atingiu cerca de 6 milhões de hectolitros, valor que representa uma quebra de cerca de 15% relativamente à campanha 2015/2016 decorrente, em grande parte, das condições climatéricas propícias ao desenvolvimento de patologias.

Portugal segue a tendência das estimativas da OIV, segundo a qual a produção mundial de vinho deverá cair cerca de 5% face a 2015.

Em termos de consumo, o país aumentou, em volume, em valor e em preço médio.

Relativamente a exportações, Portugal manteve, em 2016, em valor, o 9º lugar no ranking dos maiores exportadores de vinho a nível mundial e o 10º lugar em termos de volume De

<sup>2</sup> N.º 4 do art. 12.º do DL n.º 94/2012, de 20 de abril

<sup>3</sup> Peso das exportações de 2016 na produção da campanha 2015/2016

2010 a 2015, Portugal conseguiu, durante seis anos consecutivos, aumentar, em valor, as exportações de vinho nacional.

Em 2016, foram exportados 2,7 milhões de hectolitros de vinho com um valor de aproximadamente 727 milhões de euros. Estes valores representam, face ao período homólogo, uma ligeira quebra em volume (-0,9%) e em valor (-1,1%). Esta quebra e alteração de comportamento global relativamente ao período em análise deve-se à difícil conjuntura económica atual de um dos nossos principais mercados -Angola.



13  
A

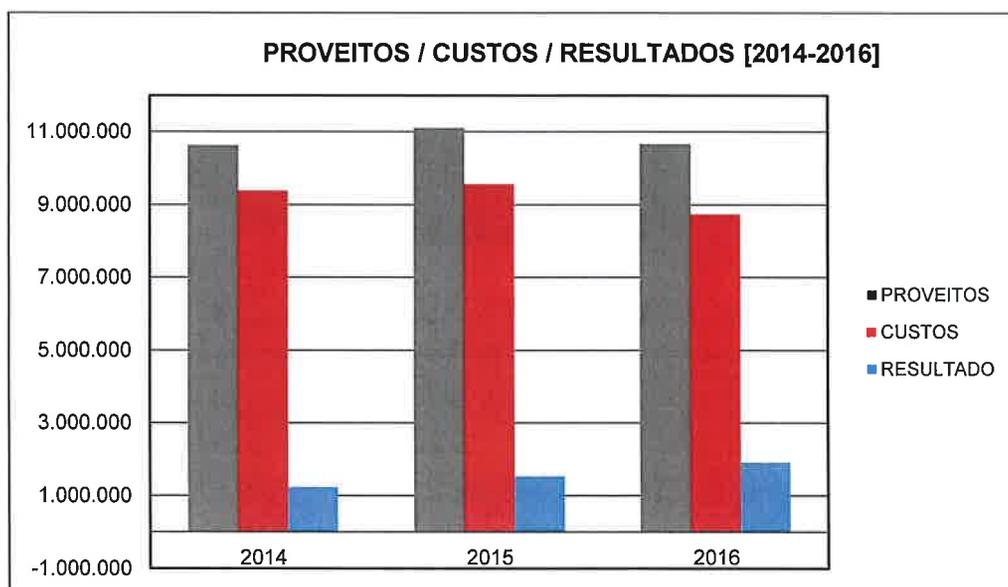
#### 4. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA

O resultado do exercício de 2016 é positivo em 1.918.000,82 euros, e é o maior do período 2014-2016 tendo aumentado em 380.086 euros face ao ano anterior, no qual foi apurado um resultado de 1.537.914,90 euros.

#### TAXA DE COBERTURA DOS PROVEITOS RELATIVAMENTE AOS CUSTOS

ANOS	(em euros)			%
	PROVEITOS	CUSTOS	RESULTADO	TAXA
2014	10.629.856	9.388.196	1.241.661	113
2015	11.101.302	9.563.387	1.537.915	116
2016	10.656.637	8.738.636	1.918.001	122

Verifica-se, comparativamente a 2015, que o valor dos proveitos diminuiu em 4.01% enquanto o valor dos custos diminuiu 8.62%. O efeito desta combinação traduziu-se num resultado positivo e numa taxa de cobertura dos custos pelos proveitos de 122%.





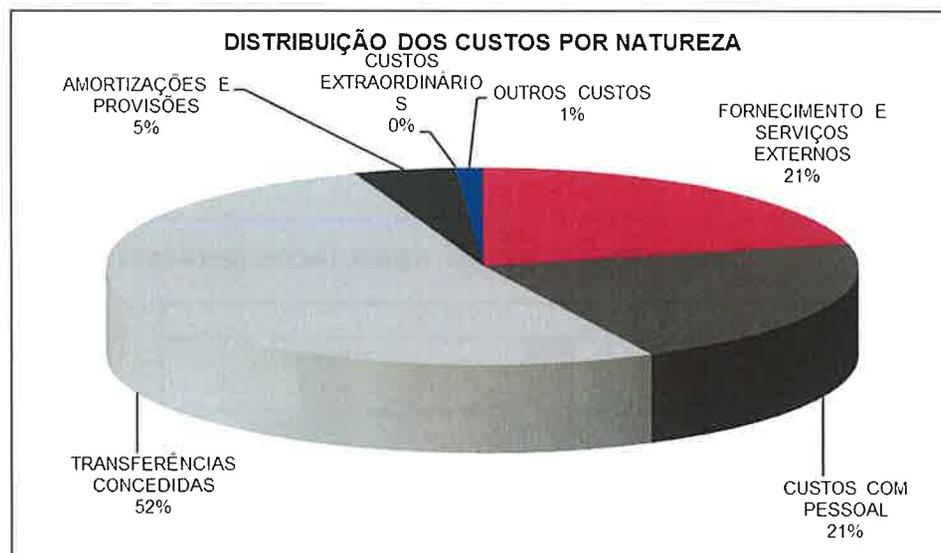
#### 4.1 Análise de Custos e Perdas

Os custos do IVV, constantes das demonstrações financeiras, ascenderam a **8.738.636,28 euros**, o que traduz um decréscimo de 8.62% em relação a 2015. Analisando os valores no período [2011-2016], constata-se que em 2016 se obteve o nível de custos mais baixo, estando abaixo da média de custos verificada nesse período, com um desvio de 10.58%.

(Unid: euro)

Ano económico	Valor global dos custos
2011	9.058.670
2012	12.032.071
2013	9.851.462
2014	9.388.196
2015	9.563.387
2016	8.738.636
Média [2011-2016]	9.772.070

Em 2016, os “Custos com Pessoal”, ascenderam ao montante de 1.856.292,92 euros, representando 21,24% dos custos totais do IVV.



Os “Fornecimentos e Serviços Externos” atingiram 1.864.762,05 euros, registando-se um aumento (14,57%) face a 2015. Desta tipologia de custos, destacam-se os seguintes:

19  
A**Fornecimentos e serviços externos**

Custo	Valor (euros)	Peso em FSE (%)
Encargos com cobrança de receitas	616.084	33,04
Trabalhos especializados	453.085	24,30
Comissões	239.640	12,85
Publicidade e propaganda	108.663	5,83
Vigilância e Segurança	91.363	4,90
Comunicação	70.617	3,79
Electricidade	68.778	3,69
Deslocações e estadas	36.111	1,94
Livros e documentação técnica	31.863	1,71
Higiene e Limpeza	31.303	1,68
Assistência técnica- Software	20.812	1,12
Assistência Técnica	17.537	0,94
Outros fornecimentos e bens	13.325	0,71
Seguros	13.151	0,71
Conservação e reparação	13.124	0,70
Rendas e Alugueres	10.065	0,54
Combustíveis	8.314	0,45
Água	7.498	0,40
Outros serviços de transporte	5.454	0,29
Material de Escritório	3.731	0,20
Consumíveis de informática	3.374	0,18
Despesas de representação	872	0,05

Do total "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE), 616.084 euros são relativos a "Encargos com cobrança de receitas". Este custo refere-se à contrapartida atribuída às entidades certificadoras pela cobrança das taxas de coordenação e controlo e de promoção sobre os produtos vitivinícolas certificados, tendo representado 33,04% do total.

O valor inerente às "Comissões" registou um acréscimo de 231.874 euros face a 2015, (29,85%) tornando-se significativo face ao total de fornecimento de bens e serviços com um peso de 12,85% do referido total. Esta situação decorreu da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016, dos novos protocolos de delegação de tarefas celebrados com as Entidades Interlocutoras do setor, como compensação pelos serviços de apoio prestados aos agentes económicos essencialmente na submissão das declarações obrigatórias de colheita e produção e de existências.

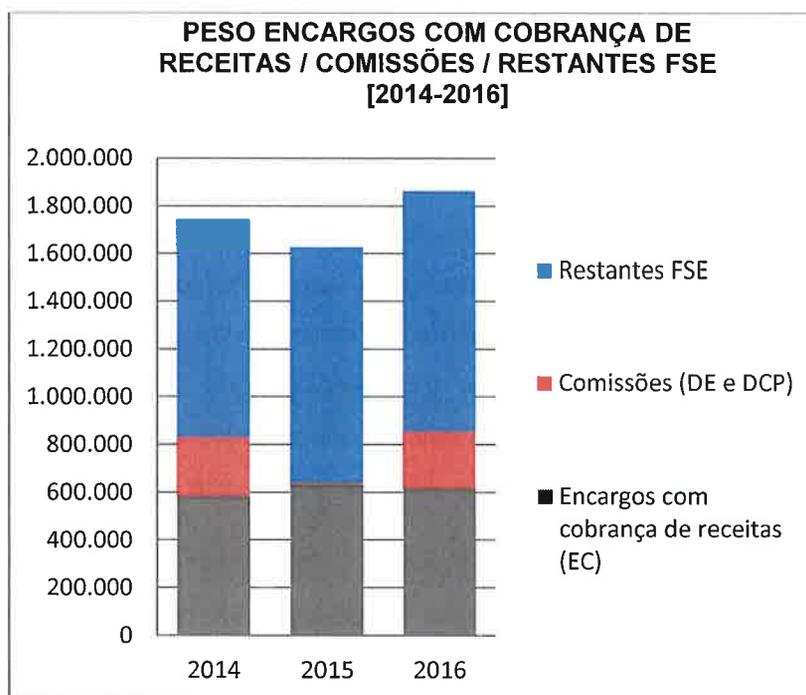
De referir ainda que houve uma despesa significativa em trabalhos especializados de natureza informática, a qual se ficou a dever ao acréscimo de trabalhos relacionados com o SIVV 3.0 e com o upgrade de versão do ERP/GIAF e contratação de novas funcionalidades.



A evolução deste tipo de custos e respetiva representatividade no valor total dos FSE, no triénio [2014-2016] foi a seguinte:

CUSTO	2013		2014		2015		2016	
	Valor (EUR)	Peso em FSE (%)						
Encargos com cobrança de receitas (EC)	516.490	29%	582.515	33%	631.450	38,8%	616.084	33,0%
Comissões (DE e DCP)	228.012	13%	247.911	14%	7.766	0,5%	239.640	12,9%
Restantes FSE	1.037.344	58%	914.455	52%	988.363	60,7%	1.009.038	54,1%
<b>TOTAL</b>	<b>1.781.846</b>		<b>1.744.881</b>		<b>1.627.579</b>		<b>1.864.762</b>	

Quer os “Encargos com cobrança de receitas”, quer as “Comissões”, embora contabilisticamente sejam considerados custos do I.V.V., na medida em que integram os FSE, não constituem verdadeiramente custos de funcionamento do Instituto. Na realidade deverão ser considerados como custos inerentes ao modelo de organização institucional do setor vitivinícola, sendo financiados pela taxa de coordenação e controlo.





O custo com trabalhos especializados é o segundo mais representativo na estrutura de custos com FSE, representando 24,30% do total destes custos tendo sofrido um acréscimo em valor de 113.430,87 euros face a 2015.

Os custos com "Publicidade e propaganda", no montante de 108.663 euros representaram 5,83% do total de FSE (contra 8,95% em 2015) e consistem em apoios a eventos e inserções publicitárias no âmbito do setor.

Os custos relativos a "Transferências e subsídios correntes concedidos" representaram, em 2016, 51,89% dos custos totais do I.V.V., totalizando 4.534.490,98 euros, assumindo-se como a componente de custo com maior peso, e revelando um acréscimo, face ao ano anterior, de 1,15%.

Dos custos desta natureza destacam-se os seguintes:

Natureza/Âmbito	Valor (€)	Peso
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 90/2014, de 22 de abril) – Eixo 1 – Promoção Genérica	2.887.759,00	63,68%
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 90/2014, de 22 de abril) – Eixo 2 – Informação/Educação	300.794,40	6,63%
Apoio à Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros [Reg. (CE) n.º 479/2008, do Conselho de 29 de abril, Portaria n.º 1384-B/2008, de 2 de dezembro, Portaria n.º 989/2009, de 7 de setembro, Portaria n.º 47/2010, de 20 de janeiro, Portaria n.º 1055/2010, de 14 de janeiro e Portaria n.º 43/2012 de 10 de fevereiro]	1.310.937,58	28,91%
Organização do evento "infowine.forum 2016"	5.000,00	0,11%
Apoio à instalação de webservices	10.000,00	0,22%
Apoio à Conferência da Tapada	5.000,00	0,11%
Apoio à participação da AMPV no Salão Prazer de Provar 2016 e Feira Nacional da Agricultura	15.000,00	0,33%



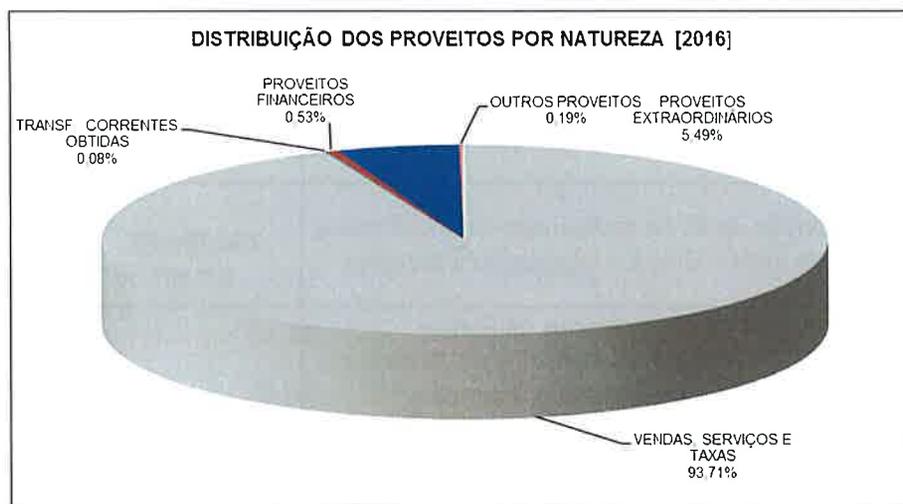
As amortizações e provisões do exercício totalizaram 382.573,62 euros registando um decréscimo, comparativamente a 2015 (37,35%), o que reflete o resultado da ação de recuperação de dívida que o IVV tem vindo a desenvolver, incidente, nomeadamente, na dívida mais recente a qual é paga e, como tal, não é provisionada.

Os “Custos e perdas extraordinários” assumiram, em 2016, o valor de 1.019,49 euros, significativamente inferior ao de 2015, ano em que se liquidaram penalidades mensais aplicadas pela Estamo Participações Imobiliárias S.A.

Os custos e perdas financeiros registaram um montante de 14.094,6 inerentes a despesas bancárias.

#### 4.2 Análise de Proveitos e Ganhos

Em 2016, os proveitos e ganhos do I.V.V., IP totalizaram **10.656.637.10**, traduzindo-se num decréscimo de 4,01% face a 2015.



Em 2016, as “Vendas e Prestações de Serviços” ascenderam a 33.974,97 euros, tendo este proveito sido resultante essencialmente da venda de aguardente vínica envelhecida (produto exclusivo do I.V.V.) revelando um aumento de 4,48% face a 2015.

Mantendo a tendência dos anos anteriores, a rubrica de “Impostos e Taxas” assume a maior expressão financeira no total dos proveitos obtidos pelo I.V.V. em 2016, com um total de 9.952.891,35 euros, representando 93,40% do total dos proveitos.

Os proveitos e ganhos financeiros, registaram um acentuado decréscimo, -44,86%, face a 2015. Não obstante o aumento do valor de juros decorrentes da aplicação CEDIC, verificou-

12  
A

se uma redução muito acentuada dos montantes decorrentes de juros de mora face ao ano anterior. Efetivamente, em 2015, houve a assinalar pagamentos decorrentes de processos em execução fiscal, aos quais foram aplicados juros de mora pela AT, o que não aconteceu em 2016.

Os proveitos extraordinários sofreram um acentuado aumento de 115% face a 2015, decorrente da receita comunitária afeta ao projeto SIVV3.0, a realizar ao abrigo do sistema de incentivos SAMA .

### 4.3 Evolução no triénio 20143 – 2015 - 2016

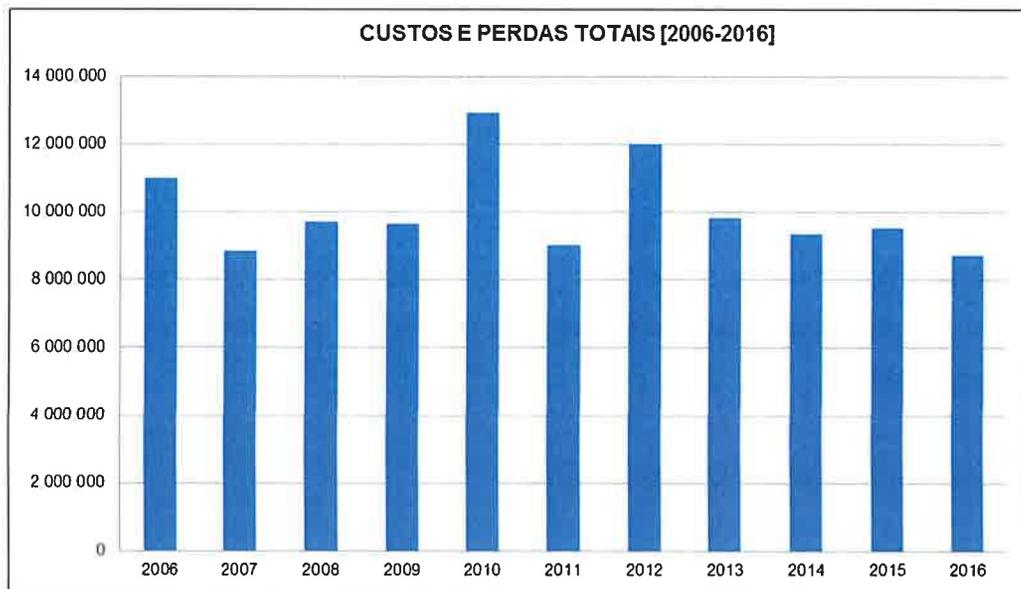
#### 4.3.1 Custos e Perdas

No quadro abaixo pode observar-se a evolução dos custos e perdas totais, no triénio, por grandes agregados. Regista-se em 2016, uma diminuição nos custos e perdas face aos anos anteriores, pelos motivos anteriormente expostos.

#### EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(unid: euro)

CUSTOS	PERÍODO			2016/2015
	2014	2015	2016	
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	1.355	1.350	1.419	5,06%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.765.650	1.627.579	1.864.762	14,57%
CUSTOS COM O PESSOAL	1.798.892	1.806.275	1.856.293	2,77%
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS	4.383.925	4.482.855	4.534.491	1,15%
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	529.135	610.684	382.574	-37,35%
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	109.093	88.376	83.984	-4,97%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	15.299	16.683	14.095	-15,51%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	784.846	929.584	1.019	-99,89%
<b>TOTAL</b>	<b>9.388.196</b>	<b>9.563.387</b>	<b>8.738.636</b>	<b>-8,62%</b>



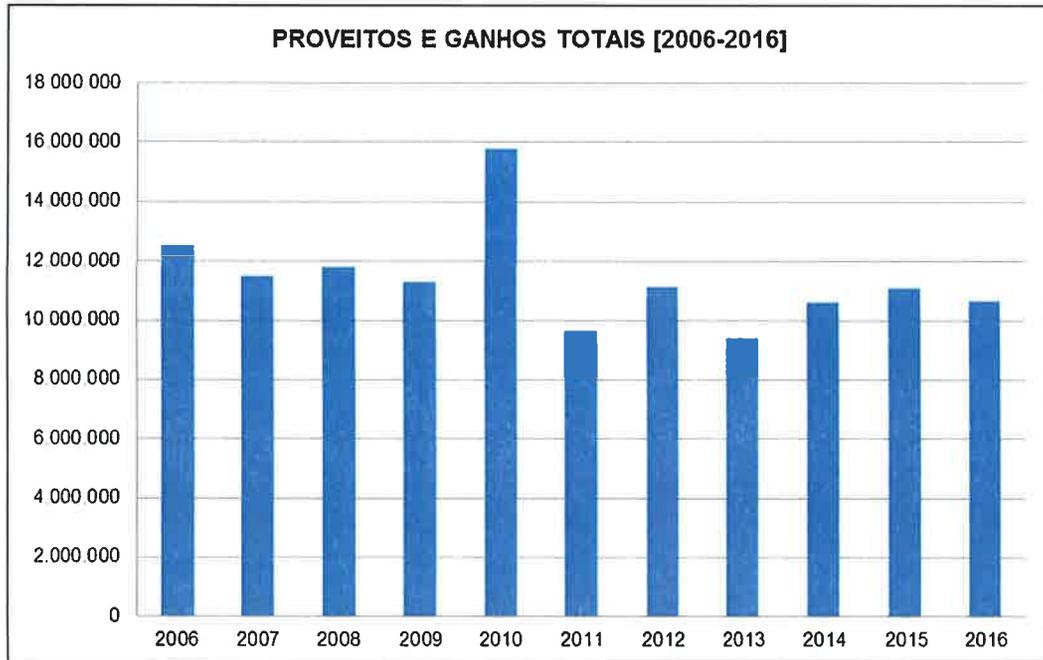
#### 4.3.2 Proveitos e Ganhos

No ano de 2016 registou-se um decréscimo de proveitos e ganhos com uma variação negativa de 4,01% face a 2015. Com efeito, analisada a série temporal de 10 anos [2006-2016], verifica-se que o ano de 2016 registou um nível superior aos anos de 2011 e 2013, em que se verificaram valores muito baixos, e muito semelhante ao ano de 2014 no qual se verificou o início da recuperação daqueles anos.

A evolução no triénio foi a seguinte:

(unid: euro)

PROVEITOS	PERÍODO			2016/2015
	2014	2015	2016	
VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E TAXAS	10.202.200	10.704.292	9.986.866	-6,70%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	21.993	21.220	18.001	-15,17%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS	47.500	0	8.520	-
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2.461	2.224	1.839	-17,34%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	65.891	102.255	56.382	-44,86%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	289.812	271.311	585.029	115,63%
<b>TOTAL</b>	<b>10.629.856</b>	<b>11.101.302</b>	<b>10.656.637</b>	<b>-4,01%</b>



Destaque-se que o valor excecionalmente elevado no ano de 2010 reflete a alienação de alguns imóveis do património do I.V.V, enquanto que, o valor de 2013 reflete uma alteração do regime de taxas aplicadas ao vinho e produtos vínicos, correspondendo, como tal, a uma quebra na receita decorrente da não sujeição à taxa de promoção dos vinhos importados.



## 5. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO

As alterações à situação patrimonial do I.V.V., IP, refletidas no balanço de 2016, encontram-se evidenciadas no seguinte quadro:

Rubricas	2015		2016	
	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
<b>ATIVO LIQUIDO</b>				
Imobilizações Corpóreas	5.554.686,29	37,63%	5.264.913,97	30,65%
Investimentos Financeiros	997,59	0,01%	997,59	0,01%
Existências	322.866,56	2,19%	321.697,87	1,87%
Dívidas de terceiros-Curto Prazo	2.358.522,29	15,98%	2.048.364,55	11,93%
Conta Tesouro, Dep.Inst Financ, e Caixa	6.522.516,94	44,19%	9.539.942,47	55,54%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>14.759.589,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.175.916,45</b>	<b>100,00%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
Reservas Legais	5.624.246,33	50,90%	5.624.246,33	43,37%
Resultados Transitados	3.887.028,93	35,18%	5.424.943,83	41,84%
Resultado líquido do exercício	1.537.914,90	13,92%	1.918.000,82	14,79%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>11.049.190,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.967.190,98</b>	<b>100,00%</b>
Provisões para Riscos e Encargos	-	0,00%	-	0,00%
Dívidas a terceiros- Curto Prazo	2.768.371,91	74,61%	3.527.628,06	83,82%
Acréscimos e Deferimentos	942.027,60	25,39%	681.097,41	16,18%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.710.399,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.208.725,47</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>14.759.589,67</b>		<b>17.175.916,45</b>	

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do ativo líquido do I.V.V. registou um aumento de 16,37% face à situação patrimonial em 31 de dezembro de 2015.

O imobilizado corpóreo líquido totalizou o valor de 5.264.913,97 euros, o que demonstra um decréscimo face a 2015 (-5,22%).

As amortizações acumuladas ascenderam a 5.863.875,29 euros, representando um acréscimo de 5,41% face a 2015.

Devido às ações de controle desenvolvidas no sentido da recuperação da dívida ao I.V.V., as dívidas de terceiros no curto prazo não classificadas como dívidas de cobrança duvidosa, registaram uma diminuição de 13,15% face ao período homólogo.

Importa referir que o saldo conjunto de fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c, à data de 31 de dezembro de 2016, no valor de 1.316.859,51 euros, corresponde integralmente aos pagamentos efetuados no período complementar da gerência de 2016 que terminou em 06 de janeiro de 2017, tendo os respetivos pagamentos sido contabilizados, para efeitos orçamentais, em 2016, pelo que não se pode considerar como uma dívida propriamente dita.



O I.V.V. encerrou o ano de 2016 com um nível de disponibilidades (incluindo aplicações em CEDIC), no valor total de 9.539.942,47 euros, superior em 46,26% ao verificado em 31 de dezembro de 2015.

Os proveitos diferidos, no valor de 562.627,41 euros referem-se às alienações dos imóveis do Ramalhal, Torres Vedras, Almeirim, Vilar e Moimenta da Beira, ocorridas em 2012, 2014, cujo recebimento não se verificou na totalidade dado terem sido acordados com a DGTF planos de pagamentos em prestações anuais que irão ocorrer em exercícios futuros.

Os fundos próprios do I.V.V. ascenderam a 12.967.190,98 euros, traduzindo-se numa variação positiva de 17,36% face a 2015, resultante designadamente do resultado positivo do exercício (1.918.000,82 euros).



## 6. PERSPETIVAS FUTURAS

Os resultados alcançados em 2016, sustentam uma postura de continuidade na atuação do IVV, enquadrada pelas orientações de política e pelo interesse público.

A atenção e proximidade aos agentes económicos pautarão a sua conduta dedicada, por forma a assegurar que a sua atuação vai ao encontro das necessidades sentidas pelo sector. A primazia da sua atuação focar-se-á no âmbito da execução dos programas nacionais de apoio, designadamente a promoção dos vinhos e produtos vínicos assegurando um nível estável de recursos financeiros afetos, tendo em vista um maior equilíbrio entre a produção e as necessidades impostas pelo consumo interno e pelos mercados internacionais.

O IVV estará atento à evolução internacional já que Portugal reúne condições de grande projeção, tendo já alcançado lugares de destaque em termos de qualidade dos vinhos que apresenta a concurso e sendo amplamente reconhecido a nível da imprensa especializada estrangeira.

A alteração para o novo sistema de autorizações de plantação permitiu aumentar a área plantada e, sobretudo, criar condições para investir na vinha potenciando assim, o aumento da produção com vista à aproximação das necessidades em termos de consumo interno e exportação.

Em termos de recursos humanos, e no contexto exposto, é essencial assegurar a qualidade e estabilidade na equipa, reforçando as competências técnicas e garantindo a fluência de informação e a partilha de *know-how* por parte dos trabalhadores mais experientes. Em matéria financeira e orçamental, o ano de 2017 será novamente marcado por uma elevada contenção orçamental acompanhada de uma política de contração pública muito restritiva.

O I.V.V. manterá a sua linha de atuação, gerindo de forma equilibrada as suas receitas, adotando medidas que visem a boa cobrança das receitas, nomeadamente através do desenvolvimento de diversos tipos de ações de controlo, e que permitam manter a despesa em níveis adequados ao contexto orçamental, e de acordo com critérios de qualidade, eficácia, eficiência, economia e transparência.

## CONCLUSÕES

Feita uma análise global às demonstrações financeiras do I.V.V., constituídas pelo Balanço reportado a 31 de dezembro de 2016, pela Demonstração de Resultados por natureza do exercício findo naquela data, pelos mapas de execução orçamental, alterações orçamentais e controlo orçamental, pelo Mapa de Fluxos de Caixa e os Anexos às demonstrações financeiras, aprovadas nesta data, conclui-se que as mesmas se encontram preparadas de acordo com os princípios preconizados no Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de setembro e evidenciam a situação financeira do I.V.V. em 31 de dezembro de 2016, assim como o resultado das operações do exercício findo naquela data.

Como consta das mesmas demonstrações, o resultado apurado no exercício foi positivo no montante de **1.918.000,82€**.

Os resultados operacionais foram positivos no valor de 1.291.703.69 euros.

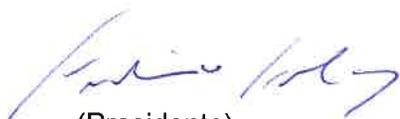
O resultado líquido do exercício, reflete, a atividade normal do I.V.V. bem como o nível dos custos extraordinários, que foram muito inferiores aos proveitos extraordinários, (os quais foram reforçados pelo financiamento comunitário do projecto SAMA), em 584.009.94 euros, criando um impacto positivo.

Tendo as contas sido preparadas com observância das normas instituídas e apresentarem de forma fidedigna o resultado das operações ocorridas no exercício e a situação patrimonial do IVV, IP à data de 2016-12-31, o órgão de gestão do IVV, após parecer do Fiscal Único, vai remeter as mesmas ao Tribunal de Contas.

Lisboa, 20 de abril de 2017

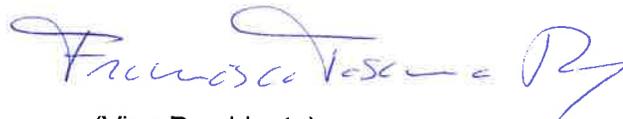
O Conselho Diretivo do IVV, I.P.,

Frederico Falcão



(Presidente)

Francisco Toscano Rico



(Vice-Presidente)

